



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Projeto de Lei n. 005 /2022.

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IPTU - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - E TAXAS DELE DECORRENTES, DOS CONTRIBUINTES VINCULADOS ÀS UNIDADES CONSUMIDORAS ENQUADRADOS NA SUBCLASSE RESIDENCIAL BAIXA RENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1º.** Ficam isentos da cobrança do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - e das taxas dele decorrentes, referente ao exercício financeiro de 2022, os munícipes de baixa renda - contribuintes proprietários ou possuidores, a qualquer título, do imóvel - que atendam aos seguintes requisitos:

- I. Comprovadamente atingidos pelas fortes enchentes que ocorreram em nosso Município;
- II. Devidamente inscritos no Cadastro Único Municipal para o direcionamento aos programas sociais;
- III. Seja proprietário ou possuidor, a qual título, de somente 01 (um) imóvel, no Município de Timbaúba, e nele resida; vedada a destinação de área deste, em parte ou no todo, para locações, atividades comerciais ou prestação de serviços.

**§1º** - O atendimento aos requisitos descritos nos incisos I e II, deste artigo, será comprovado, mediante constatação em avaliação da Secretaria Municipal de Ação Social, da hipossuficiência e vulnerabilidade socioeconômica do contribuinte.

**§2º** - O requisito do inciso II poderá ser dispensado, quando a renda familiar per capita for menor ou igual a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**Art. 2º.** O contribuinte deverá requerer o benefício da isenção, junto à Divisão de Protocolos da Prefeitura, a qual tomará todas as medidas necessárias para atender a população.

**Art. 3º.** O Poder Executivo Municipal regulamentará o processo administrativo de isenção, observando os dispositivos estabelecidos por esta lei.

**Art. 4º.** A concessão da isenção não gera direito adquirido e poderá ser cassada, quando o contribuinte deixar de satisfazer os requisitos para o deferimento do benefício.

**Art. 5º.** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara, em Timbaúba, 13 de junho de 2022.

Fellipe Vasconcelos

Vereador - Autor